

----- ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DO
ANO DE DOIS MIL E DEZ: -----

----- Ao décimo sétimo dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pela senhora Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pela primeira ao abrigo do número um do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO** -----

----- **I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** Apreciação e aprovação da Acta da Sessão Ordinária de 24/09/2010; -----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente;-----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho:-----

----- a) Extinção do Agrupamento de Vila Nova de Milfontes – Portaria nº 1181/2010. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11/01: apreciação; -----

----- **Ponto dois:** Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2011: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto três:** Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto quatro:** Regulamento Municipal de Remoção e Recolha de Veículos: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto cinco:** Revogação do Regulamento de Concessão do Café da Biblioteca Municipal José Saramago em Odemira: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto seis:** Publicação definitiva do Regulamento de Bolsas de Estudo: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto sete:** Pedido de Declaração – Concessão de Benefícios Fiscais – Firma CCTT – Promoção Turística e Imobiliária Ld^a – Proc. 393/2010 – RSP (OP): apreciação e deliberação;--

----- **Ponto oito:** CIMAL – Mapa de Pessoal 2011 e imputação das respectivas despesas: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto nove:** Normas do Orçamento Participativo 2011 – Proposta N.º 44/2010 P: apreciação.-----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- Pelas vinte horas e cinquenta minutos a senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e cinco membros da Assembleia Municipal a saber, os senhores Alberto José Branquinho Beijinha, Amâncio Francisco Mendes da Piedade, António Carlos Ramos Ruas Gonçalo Ventura, Carlos Manuel Simões Carvalho, Cláudia Isabel Neves Pacheco da Silva, Dário Filipe da Conceição Guerreiro, Dinis Manuel Campos Nobre, Eduardo Abrantes Francisco, Florival Matos Silvestre, Hélder Ledo António, Helena Maria Theodora Loermans, Humberto Inácio da Encarnação, Idálio Manuel Guerreiro Gonçalves, Joana Nunes Cortes de Matos Figueira, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, João Palma Quaresma, José da

Silva Valério, José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, José Júlio Rosa de Oliveira, José Manuel dos Reis Guerreiro, José Vieira Ramos, Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, Manuel António Dinis Coelho, Manuel de Matos Sobral Penedo, Manuel Inácio Dias Pereira, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha, Nazário Duarte Viana, Paula Cristina dos Santos Custódio, Paulo Jorge Dias Reis, Sónia Alexandra Martins Raposo e Vanessa Isabel da Luz Palma Águas de Almeida e, a ausência dos senhores Abílio José Guilherme Béjinha, Leonel Nunes Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro. -----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores José Alberto Candeias Guerreiro, Presidente da referida Câmara Municipal, Hélder António Guerreiro e Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária.-----

----- Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores verificou-se que, relativamente à sessão ordinária que se realizou no dia vinte e quatro de Setembro do corrente ano, não havia qualquer falta injustificada. Quanto à sessão extraordinária que se realizou no dia vinte e seis de Novembro do corrente ano também não se tinha registado qualquer falta injustificada.-----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

----- Interveio o senhor Francisco Brandão de Mello, residente em Vila Nova de Milfontes, que em representação dos pais do Agrupamento de Vila Nova de Milfontes, veio demonstrar a sua preocupação e indignação em relação à extinção daquele Agrupamento.-----

----- Relembrou que Vila Nova de Milfontes tinha um terço dos alunos do concelho de Odemira e, nesse sentido, perguntou sobre as medidas que o Município pretendia tomar de

modo a evitar aquela extinção e se existiam algumas alternativas. Questionou ainda o que poderiam os pais fazer para ajudar a combater o problema.-----

----- Perguntou ainda se a parceria público-privada, entre o Colégio Nossa Senhora da Graça, em Vila Nova de Milfontes e o Estado corria algum risco. -----

----- Por último, disse que na Portaria sobre a extinção do Agrupamento era referido que a Autarquia teria de desenvolver acordos com as entidades interessadas (associações de pais, escolas, entre outros). Nessa conformidade, perguntou se já tinham efectuado alguns contactos nesse sentido.-----

----- Interveio a senhora Patrícia Dias, representante dos pais das Escolas do Primeiro Ciclo de Vila Nova de Milfontes, que manifestou também a sua preocupação em relação ao encerramento do Agrupamento, bem como às consequências que o mesmo irá proporcionar. ----

----- Perguntou ainda se haviam algumas alternativas e, bem assim, informou que os pais estavam disponíveis para se aliarem à Autarquia e restantes entidades, para que em conjunto pudessem desenvolver uma acção que impedisse aquele encerramento.-----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que informou que o assunto exposto estava inscrito no terceiro ponto do Período Antes da Ordem do Dia; no entanto, iria solicitar ao senhor Presidente da Câmara Municipal que pudesse adiantar alguns esclarecimentos. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por lamentar que o concelho de Odemira viesse constantemente a ser palco de restrições oriundas do Poder Central. Relativamente à intenção de extinguir o Agrupamento de Vila Nova de Milfontes, referiu que aquela atitude governamental estava baseada numa estratégia para a educação promovida para concelhos com realidades diferentes do concelho de Odemira.-----

----- Informou ainda que, desde o ano transacto, a Câmara Municipal vinha defendendo a manutenção dos Agrupamentos existentes no concelho, bem como a permanência de um

agrupamento baseado no ensino público secundário em Vila Nova de Milfontes, lamentando que relativamente a este último, houvesse a intenção de deixar de ser público. Lamentou ainda que fosse utilizada uma Instituição, durante mais de trinta anos, para colmatar uma brecha que o próprio ensino público tinha, em termos de oferta pública de ensino naquela zona, para agora referirem que já não precisavam daquele serviço. -----

----- Informou também que aquela estratégia governamental era baseada num estudo que indicava eventuais melhorias pedagógicas com aquela alteração, o que discordava porque não existiam dados que permitissem concluir essas tendências.-----

----- Disse ainda que a Câmara Municipal não tinha competências directas na Educação, sendo a transferência de competências efectuada com base num entendimento entre as partes, não sendo possível ao Estado decretar unilateralmente noutro sentido. -----

----- Por último, considerou que aquela atitude implicaria os seguintes efeitos: não estava provado que pedagogicamente seria a melhor alternativa; não estava provado que fosse melhor para as crianças percorrem mais de cinquenta quilómetros todos os dias para irem para a escola; criava um efeito tremendo sobre uma estrutura fixa em Vila Nova de Milfontes (o Colégio Nossa Senhora da Graça), que tinha assumido ao longo dos anos, compromissos com os seus funcionários e professores e, no momento, via-se impossibilitado de os cumprir; teria ainda um efeito tremendo na vida económica e social de Vila Nova de Milfontes. -----

----- Relembrou ainda que no ensino secundário, a Câmara Municipal e os pais dos alunos, dividiam a despesa dos transportes escolares, pelo que aquela alteração seria inoportuna para a autarquia do ponto de vista económico.-----

----- Considerou ainda que a alteração proposta pelo Estado não traria benefícios para o Concelho de Odemira, pelo que não poderia estar de acordo. -----

----- Interveio novamente o senhor Francisco de Mello que considerou que a questão pedagógica não estava em causa, porque numa reunião, no ano transacto, o senhor Director

Regional de Educação do Alentejo, tinha felicitado o Agrupamento Horizontal de Vila Nova de Milfontes/ S. Luís pela postura e projectos pedagógicos desenvolvidos e, bem assim, tinha congratulado a senhora Directora do Colégio Nossa Senhora da Graça, pela belíssima posição no ranking das escolas a nível nacional.-----

----- Referindo-se aos mais de cinquenta quilómetros que os alunos passariam a percorrer para se deslocarem para a escola, lembrou que estavam a falar de crianças a partir dos dez anos de idade que ficariam o dia inteiro longe dos pais, o que considerava impensável.-----

----- Disse ainda que em Vila Nova de Milfontes existiam muitas famílias que tinham-se fixado na localidade, devido às suas boas condições para o efeito, pelo que aquela alteração iria implicar com a vida de muitas famílias e alterava completamente a postura que tinham tomado inicialmente.-----

----- Por último, felicitou o senhor Presidente da Câmara Municipal pela forma como defendeu o concelho de Odemira na reunião havida com o Senhor Director Regional de Educação do Alentejo e, informou que poderia contar com o apoio dos pais para o que fosse necessário na tentativa de superarem aquele problema.-----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que lembrou que o Departamento Central do Ministério da Educação, em tempos, tinha delineado uma estratégia para o concelho de Odemira baseada num estudo aprofundado. A partir desse estudo, face às carências existentes e à dimensão do concelho, foram construídas escolas em S. Teotónio, Sabóia e Colos, para além das já existentes em Odemira e Vila Nova de Milfontes, sempre numa atitude de respeito pela oferta existente. -----

----- Lamentou que o Estado viesse agora tomar uma posição extrema, baseada em questões que não estavam totalmente comprovadas. Considerou ainda que a luta dos pais e das autarquias, poderia vir a ultrapassar aquela posição, porque considerava que a própria Portaria referente à extinção do Agrupamento continha números e frases que não era peremptórias.

Relembrou também que a Carta Educativa do Concelho de Odemira estava aprovada e publicada, pelo que deveria ser respeitada. -----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que relembrou que, no ano transacto, também estava previsto encerrarem dezassete escolas primárias no concelho de Odemira e isso não se tinha verificado. Referiu que a Câmara Municipal tinha de ter condições para exercer as competências que lhe eram transferidas pelo Governo, bem como, a opção política de as aceitar ou não. -----

----- Considerou ainda que não havia uma relação de verdadeira parceria entre o Estado e as Autarquias ao nível da Educação, porque as Autarquias vinham sendo sistematicamente ludibriadas, desde mil novecentos e oitenta e dois, na transferência de competências ao nível dos transportes escolares. -----

----- Por último, disse que no início do próximo ano iria solicitar uma reunião com o Ministério da Educação para expor aquela problemática. -----

----- Não havendo mais intervenções a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E QUATRO DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZ: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à apreciação. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, um voto a favor

do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto dois:** APRECIACÃO DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal realçou o assunto número noventa e dois, do Mapa de Correspondência Recebida, enviado pela Direcção Regional do CESP – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Escritórios e Serviços de Portugal, sobre “Regulamento do horário de funcionamento do comércio e serviços”.-----

----- Não havendo qualquer intervenção a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

----- a) Extinção do Agrupamento de Vila Nova de Milfontes – Portaria nº 1181/2010. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que colocou à apreciação o e-mail enviado no dia dezoito de Novembro, pela senhora Patrícia Dias, sobre Extinção do Agrupamento de Vila Nova de Milfontes. -----

----- Interveio o senhor José Gabriel Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que lembrou que a sua freguesia tinha um quarto da população escolar dos Jardins-de-Infância e do Primeiro Ciclo do concelho de Odemira. Referiu ainda que estavam em causa cerca de mil crianças contando com as do Colégio Nossa Senhora da Graça

e, bem assim, considerou que era completamente impossível para a Autarquia efectuar o transporte daquelas crianças todas para Odemira. -----

----- Não havendo mais intervenções sobre aquela alínea, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu a mesma por encerrada, passando de imediato ao tratamento dos assuntos de interesse para o concelho.-----

----- Interveio o senhor Manuel Coelho que questionou para quando estava previsto o início das obras de reparação da ponte sobre o rio Mira, em Odemira. -----

----- Relembrou ainda que na última sessão daquele órgão tinha sido apresentada pelos eleitos pelo Partido Socialista uma proposta para a criação de um Banco Local de Voluntariado no Município de Odemira. Referiu ainda que, na altura, tinha-se registado alguma polémica, o assunto tinha sido debatido politicamente com emoção, o que demonstrava o interesse dos membros daquele órgão nas questões do voluntariado. Referiu ainda que posteriormente tinha registado com agrado a participação de todas as forças políticas com assento naquele órgão, na Folha da Assembleia, para qual escreveram textos sobre o Voluntariado. Revelou ainda que aquando do debate da proposta, na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, tinha ficado com a ideia de que existiam divergências quanto à forma de encarar o voluntariado, porém através da leitura dos textos tinha ficado reconfortado pelo facto do tema ter sido acolhido com muito interesse. -----

----- Seguidamente, informou os presentes das intervenções efectuadas pelos representantes daquela Assembleia Municipal nas reuniões da Assembleia Intermunicipal da CIMAL. Disse ainda que um dos temas abordados relacionava-se com os problemas que o concelho de Odemira estava a ter devido à execução do Novo Mapa Judiciário, nomeadamente no que dizia respeito a custos com a deslocação das pessoas para julgamentos e diligências para Sines (nos processos referentes a questões de família e de trabalho) ou para Santiago do Cacém (nos processos cíveis de maior valor económico).-----

----- Referiu, relativamente àquela matéria, que tinham apelado para o sentimento de solidariedade dos concelhos vizinhos, tendo sido proposto pelo senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMAL a realização de um encontro em Odemira, com os Presidentes das Câmaras Municipais do Litoral Alentejano e outros intervenientes com interesse na matéria, para debaterem a questão.-----

----- Informou ainda que os Municípios do Algarve estavam a debater o problema do Novo Mapa Judiciário e estavam a aproveitar a má experiência da Comarca do Litoral Alentejano, para concluírem pela não execução das Comarcas do Sotavento e Barlavento Algarvio. Deu ainda a conhecer aos presentes, a entrevista efectuada a uma especialista do Observatório da Justiça, publicada na última edição do Boletim da Ordem dos Advogados, relativamente ao Novo Mapa Judiciário. Revelou que a entrevistada informava que não tinha sido efectuada qualquer avaliação em termos de custos para as populações e que não tinham proposto no modelo inicial uma solução uniforme para todo o território, porque entre o litoral e o interior existiam realidades diferentes.-----

----- Por último, lembrou que a Assembleia Municipal tinha aprovado, por unanimidade, uma Moção muito crítica sobre o tema, que tinha sido encaminhada para o Governo, órgãos de soberania e algumas instituições, apelando a todos para continuarem a lutar por uma melhoria da situação. -----

----- Interveio o senhor Alberto Beijinha que, em nome dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentou a seguinte Moção:-----

----- **“MOÇÃO**-----

----- Considerando que: -----

----- 1. As orientações aprovadas no Orçamento de Estado/2011 implicam aumento de impostos, reduções de salários na função pública, cortes significativos nas prestações sociais, diminuição no investimento público, entre outras, retraindo a actividade económica,

aumentando o desemprego e alargando as dificuldades e a pobreza;-----

----- 2. O Orçamento de Estado penaliza os Municípios, reduzindo as suas receitas próprias e as transferências do Estado e agravando as limitações à sua capacidade para obter fundos junto de terceiros;-----

----- 3. Destas limitações decorrerão consequências negativas para o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental e a concretização do investimento municipal, deste modo obstaculizando o contributo dos municípios para o desenvolvimento económico e agravando as suas dificuldades no cumprimento das duas responsabilidades;-----

----- 4. Estas decisões se sobrepõem à diminuição que, desde 2005, se vem registando na participação dos Municípios nos impostos do estado, e à retenção, em 2010, de 100 milhões de euros de transferências relativas àquela participação e aos quais os Municípios têm direito por força da Lei de Finanças Locais;-----

----- 5. As medidas aprovadas no Orçamento de Estado, designadamente as limitações impostas ao endividamento municipal, comprometem o aproveitamento pleno do financiamento comunitário;-----

----- 6. O Governo não tem cumprido com os protocolos assinados com os Municípios, acumulando dívidas aos Municípios e pondo em causa a capacidade destes para responderem às responsabilidades assumidas;-----

----- 7. O Orçamento de Estado para 2011 prevê a redução nos apoios sociais às populações o que se traduzirá num aumento do recurso dos munícipes ao Poder Local, sem capacidade para responder adequadamente às necessidades;-----

----- A Assembleia Municipal de Odemira:-----

----- 1. Afirma o seu veemente protesto contra a Lei do Orçamento de Estado aprovada pela Assembleia da República;-----

----- 2. Reclama o cumprimento da Lei de Finanças Locais;-----

----- 3. Exige a regularização das dívidas do Governo aos Municípios. -----

----- Odemira, 17 de Dezembro de 2010 -----

----- Os eleitos da CDU, -----

----- Esta moção a ser aprovada deve ser enviada para:-----

----- - O Presidente da República -----

----- - Primeiro Ministro -----

----- Grupos Parlamentares da Assembleia da República” -----

----- Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que, relativamente à Assembleia Distrital de Beja, lamentou que nas reuniões apenas se discutissem assuntos relacionados com Beja e Vidigueira e que alguns membros intervissem noventa e cinco por cento do tempo disponível para todos os membros daquela Assembleia Distrital. Considerou por isso inconcebível, especialmente para os membros que sempre estiveram presentes e se deslocavam de Odemira.-----

----- Referiu ainda que, frequentemente, naquelas reuniões eram abordadas as dívidas dos Municípios à Assembleia Distrital e lembrou que apesar do Município de Odemira não dever qualquer verba, não eram abordados quaisquer assuntos sobre o concelho. -----

----- Interveio o senhor Carlos Carvalho, eleito pelo Bloco de Esquerda, que apresentou a seguinte Declaração Política: -----

-----“DECLARAÇÃO POLÍTICA-----

-----ÁGUA DE ÉVORA VOLTA À AUTARQUIA-----

----- A Câmara de Évora foi a alma política da Água do Centro Alentejo, SA, resultante de uma parceria que, em 2003, envolveu também os municípios do Alandroal, Borba, Mourão, Redondo e Reguengos de Monsaraz com a AdP – Águas de Portugal – em que esta ficou com 51% do capital; os restantes 49% dividem-se pelos municípios e pela EDIA, com 5%.-----

----- Do distrito de Évora, não entraram na Águas do Centro Alentejo os municípios de

Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora, Portel, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa. A maioria deles integrou uma candidatura intermunicipal conjunta com os municípios do distrito de Beja e do Litoral Alentejano, na qual as autarquias teriam 51% do capital e os restantes 49% caberiam a um parceiro privado que não chegou a aparecer. -----

----- Como se sabe, esta candidatura nunca obteve financiamento comunitário, ao fim de sete anos nos corredores de Bruxelas, boicotada mais ou menos abertamente pelos governos de António Guterres, Durão Barroso, Santana Lopes e José Sócrates que preferem o modelo multimunicipal dominado a 51% pela Águas de Portugal – o monopólio estatal que querem engordar porque estava e está na lista das privatizações. Para estes governos, o essencial era retirar o controlo maioritário do sector estratégico das águas aos municípios. -----

----- Ao fim de sete anos de impasse, esta candidatura aos fundos comunitários foi mais uma vez chumbada. Em princípios de 2009, iniciou-se uma negociação da Águas de Portugal com estes 23 municípios, sob chantagem do governo Sócrates – este, já como Ministro do Ambiente, foi o grande mentor do modelo multimunicipal tutelado pela Águas de Portugal. -----

----- Infelizmente, os municípios capitularam na negociação: entre Julho e Setembro de 2009, nas vésperas das eleições autárquicas, subscrevem o protocolo com AdP que viria a dar origem ao consórcio Águas de Portugal do Alentejo, SA, controlado a 51% pela Águas de Portugal, com o apoio unânime dos autarcas do PS, PSD e CDU – apenas BE votou contra, através do seu representante na Assembleia Municipal de Castro Verde. Repetiu-se assim, uns anos depois, o modelo ensaiado pela Águas do Centro Alentejo e por mais de 200 municípios portugueses que entregaram o controlo do sector das águas (captação em alta e, muito deles, também a distribuição em baixa) à Águas de Portugal. -----

----- Os resultados desta operação, que é o primeiro passo para a privatização integral da água, começaram a aparecer e vão tornar-se mais claros nos próximos tempos, com subidas brutais do preço do fornecimento do serviço público de água. Entretanto, os municípios vão

acumulando dívidas à AdP (que domina as diversas parcerias regionais) e aqueles que praticam tarifas sociais de distribuição da água vêem essa dívida aumentar. -----

----- A própria Águas de Portugal é uma empresa altamente endividada, à beira da falência técnica, o que não inibiu a administração de pretender renovar a frota de 388 automóveis topo de gama, atribuídos aos quadros superiores – e este escândalo só foi adiado por ter vindo a público. Ainda por cima, a administração atira as culpas da situação da AdP para as dívidas dos municípios. Enfim, uma espiral de dívidas, de má gestão e negociatas que visam arruinar o sector público das águas para amanhã apresentarem a sua privatização como a “salvação inevitável”... -----

----- É altamente sintomático que Évora, a maior e uma das primeiras câmaras do Alentejo a enveredar pela parceria com a AdP, venha arrepiar caminho. Segundo o vice-presidente, Manuel Melgão, “os custos têm-se vindo a acumular e a Câmara Municipal está confrontada com uma situação financeira de ruptura, para conseguir satisfazer os seus compromissos. -----

----- Por isso a Câmara de Évora, com votos favoráveis do PS e da CDU e a abstenção do PSD, decidiu suspender a partir de Janeiro de 2011, a concessão do fornecimento de água pela Águas do Centro Alentejo. E hoje mesmo, 17 de Dezembro, a Assembleia Municipal de Évora é chamada a ratificar esta decisão do Executivo. -----

----- Haverá aqui motivações particulares, como a crónica falta de controlo dos níveis de arsénio e de alumínio na água, que há uns anos provocou episódios trágicos como o da hemodiálise de Évora. Mas não deixa de ser significativo que esta situação se tenha agravado no âmbito da Águas do Centro Alentejo, ou seja, da parceria com a AdP. É que os objectivos do lucro e a estratégia de privatização não casam bem com uma relação qualidade/preço da água respeitadora de critérios de justiça social e ambiental, nem tão pouco com a defesa da saúde pública. -----

----- Évora não é, alias, um caso isolado em Portugal e na Europa: Londres e Paris, entre

outras, também decidiram inverter processos de privatização das águas. -----

----- O Bloco de Esquerda saúda esta decisão do município de Évora e espera que ela sirva de alerta aos municípios que recentemente caíram nas malhas da Águas de Portugal, como o de Odemira e os restantes membros da AMGAP que integram o consórcio impropriamente chamado Águas Públicas do Alentejo, SA – do qual retiraram, logo na fase de constituição, Sines e Vila Viçosa. -----

----- É bom que os municípios alentejanos reflectam na experiência de Évora, antes que seja demasiado tarde ... Casamento com divórcio anunciado, não merece ser consumado! -----

----- Odemira, 17 de Dezembro de 2010 -----

----- Carlos Carvalho -----

----- Deputado Municipal do Bloco de Esquerda” -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente à última intervenção disse que, não havia qualquer património entregue à empresa Águas de Portugal, havia sim uma concessão por cinquenta anos, onde aquela empresa se comprometia a executar um conjunto de investimentos, uma vez que o Município de Odemira não tinha capacidade financeira para os executar até ao ano dois mil e catorze. Disse ainda que o incumprimento daquele compromisso levaria à quebra do acordo, uma vez que o objectivo da parceria passava pela melhoria na qualidade dos sistemas e da própria água. Ainda sobre aquele assunto, informou que na Inglaterra não tinha havido uma inversão do processo, a concessão tinha chegado ao fim, os investimentos estavam executado, pelo que tinha optado que os mesmos devessem permanecer na gestão pública. -----

----- Lamentou também que, em todas as Associações que o Município de Odemira participava, existissem dívidas acumuladas de outros Municípios. Revelou que desde o Vinte e Cinco de Abril, o Município de Odemira vinha honrando os seus compromissos a tempo e horas. -----

----- Em relação ao Novo Mapa Judiciário referiu que já tinham enviado uma exposição ao senhor Ministro da Justiça e iria solicitar uma reunião para debater aquela problemática. -----

----- Por último, informou que não tinha data exacta para o início das obras na ponte sobre o rio Mira, no entanto tinha sido informado pelo senhor Vice-Presidente da empresa Estrada de Portugal que não existia qualquer bloqueio financeiro na obra e que a mesma era considerada urgente. Informou ainda que entre aquela empresa e a Câmara Municipal seria estabelecido um protocolo para instalação de uma ponte provisória junto ao cais, em Odemira, enquanto as obras de reparação da ponte estivessem a decorrer. -----

----- Interveio o senhor José Júlio de Oliveira que relativamente à Folha da Assembleia, congratulou-se com os textos sobre o voluntariado e lamentou o sucedido aquando da votação da proposta para a criação do Banco Local de Voluntariado no Município de Odemira, onde alguns membros saíram da sala para não votar. -----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que em nome dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentou a seguinte Moção: -----

-----“**MOÇÃO**-----

----- **UMA EXTRADORDINÁRIA GREVE GERAL. UMA VITÓRIA DOS TRABALHADORES** -----

----- Os trabalhadores e as trabalhadoras cumpriram, no dia 24 de Novembro, uma jornada histórica, uma extraordinária Greve Geral, que envolveu mais de 3 milhões de trabalhadores. ---

----- A Greve Geral atingiu um grande impacto em todas as regiões do país, regiões autónomas incluídas, bem como em todos os sectores de actividade, tendo sido amplamente referenciada pelos *média*, também internacionais, e saudada por inúmeras organizações estrangeiras, particularmente europeias. -----

----- Também os trabalhadores residentes no nosso município participaram amplamente

nesta grande jornada de luta, que mostrou que os trabalhadores e trabalhadoras não só não aceitam, como continuarão fortemente empenhados em combater uma política que:-----

----- 1. Fragiliza progressivamente o sector produtivo e põe em causa as capacidades e os interesses próprios do país;-----

----- 2. Que destrói emprego, fomenta o desemprego e aumenta o número de desempregados sem qualquer protecção social;-----

----- 3. Que alastra a pobreza e acentua as desigualdades sociais;-----

----- 4. Que encaminha o País para o desastre económico e social.-----

----- Portugal é um dos países da U.E. com maior ritmo de destruição de emprego e com maior precarização de empregos, sobretudo dos jovens. O número de desempregados sem protecção social é de cerca de 225 mil, também na nossa região esta é uma erva daninha que vai proliferando e ao qual temos de dar um forte combate.-----

----- Apesar da aprovação do Orçamento de Estado para 2011, este não é um processo encerrado. A situação exige a continuação da luta pela mudança de políticas orientadas para a criação de emprego, para respostas sociais aos desempregados, para a melhoria dos salários e para a limitação da precariedade de emprego.-----

----- A negociação e o diálogo podem e devem ter um papel essencial para, a todos os níveis, superar os problemas que o país enfrenta, mas têm que ser feitos para um efectivo projecto de desenvolvimento nacional.-----

----- Só será possível travar a voracidade e chantagem “dos mercados”, os efeitos nefastos da governação neoliberal da União Europeia e responder com êxito aos descabros das políticas seguidas no país durante muitos anos, com políticas que coloquem as pessoas no centro das populações e das prioridades, que assegurem crescimento económico e uma mais justa distribuição da riqueza.-----

----- Que esta não sirva apenas para encher os bolsos do capital que foge das suas

obrigações para com o país, como é o caso da fuga aos impostos, com a distribuição de dividendos antecipada, numa altura em que se pedem sacrifícios aos trabalhadores e ao povo português, não podem ser sempre os mesmos a pagar a factura. -----

----- Assim sendo a Assembleia Municipal de Odemira, reunida a 17 de Dezembro de 2010, aprova e exige do governo:-----

----- - Adopção de uma política económica que trave a destruição de empregos e permita a sua criação. Esta tem de assentar na melhoria de uma base produtiva voltada, não apenas para as exportações, mas também para a produção de bens e serviços úteis ao desenvolvimento da sociedade, base essa que se encontra profundamente vulnerabilizada. Este objectivo constitui um dos campos prioritários de debate amplo com a sociedade e de responsabilização dos empresários e accionistas das empresas, nomeadamente, do sector financeiro;-----

----- - Elevação das condições e melhoria dos recursos colocados à disposição da Administração Local, para que as autarquias possam desempenhar, como já desempenham, um papel primordial no desenvolvimento do país;-----

----- - Fixação do Salário Mínimo Nacional em 500 euros, em Janeiro de 2011, honrando, assim, compromissos assumidos em base de concertação social;-----

----- - Medidas dirigidas aos desempregados para que não fiquem sem protecção social. Isso exige prolongamento do subsídio social de desemprego, diminuição do seu período de garantia para 365 dias, bonificação do subsídio quando o agregado familiar está desempregado e tem filhos a cargo;-----

----- - Revisão do processo de prova de recursos para os apoios sociais, do conceito de agregado familiar e da formação de capitação;-----

----- - Promoção da contratação colectiva e a garantia deste direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa;-----

----- - Respeito pela negociação colectiva na Administração Pública e no Sector

Empresarial do Estado, cujos princípios e normas legalmente estabelecidos foram violados com a aprovação de diversas medidas que constam do Orçamento de Estado para 2011 que, propostas pelo Governo, PS e PSD viabilizaram; -----

----- - Aumento das pensões de reforma, de acordo com a legislação em vigor; -----

----- - Reposição do abono de família, desde logo dos 25% do valor que foi cortado nos 1.º e 2.º escalões; reposição dos 4º e 5º escalões e da acção social escolar; -----

----- - Reforço dos meios da Inspecção de Trabalho, como de outras inspecções sectoriais, e a reorientação da acção da fiscalização para que cumpram, com isenção, a sua função, tornando-se efectivamente úteis e eficazes; -----

----- - Combate firme à fraude e evasão fiscais e à economia paralela. -----

----- Odemira, 17 de Dezembro de 2010 -----

----- Os eleitos da CDU, -----

----- Se esta moção for aprovada deve ser enviada para: -----

----- - Presidente da República; -----

----- - Primeiro Ministro; -----

----- - Grupos Parlamentares da Assembleia da República.” -----

----- Disse ainda que as Juntas de Freguesia tinham recebido um ofício da Câmara Municipal referente a condicionamentos nos transportes de materiais, designadamente saibros e *tout-venant*. Sobre o assunto, informou que a Câmara Municipal, habitualmente, cedia o transporte daqueles materiais para arranjo dos caminhos, porque tratava-se de um custo muito elevado para as Juntas de Freguesias (o valor do transporte era mais elevado do que o valor dos materiais adquiridos). Nesse sentido, perguntou se poderiam continuara contar com essa ajuda.

----- Informou também que a sua Junta de Freguesia tinha recebido no presente mês, menos seiscentos euros, correspondentes ao protocolo de transferência de competências. Considerou que, antes de efectuarem aqueles cortes, deveriam ter informado, atempadamente, as Juntas de

Freguesia, porque eles tinham responsabilidades e compromissos assumidos e os recursos eram escassos.-----

----- Por último, informou que no Centro de Saúde de Odemira faziam apenas raio-x de urgência e lamentou que obrigassem os utentes a se deslocarem ao Hospital de Santiago do Cacém para efectuarem raio-x de controlo, com todos os problemas de transporte inerentes. Disse ainda que as autópsias tinham de ser efectuadas naquele Hospital e lamentou que as famílias tivessem de suportar os custos de transporte do regresso dos corpos.-----

----- Por fim, apelou novamente ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que fosse efectuada a limpeza da fossa do Canil Municipal.-----

----- Interveio novamente o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que os números da greve nem sempre correspondiam à realidade e informou que os vinte e oito funcionários da sua Junta não tinham feito greve e ninguém os tinha influenciado para o efeito.-----

----- Interveio o senhor João Quaresma que relativamente às intervenções sobre a Folha da Assembleia, disse que o voluntariado, como um acto altruísta era positivo, no entanto, deixou para reflexão as seguintes perguntas: “O que gera estes fenómenos de degradação social? O voluntariado resolve o problema ou dá uma resposta temporária?”-----

----- Disse ainda que aquando da votação do Banco Local de Voluntariado no Município de Odemira, os eleitos pela Coligação Democrática Unitária tinham tido aquela postura, porque não concordavam com o modo como estava a ser abordado aquele assunto. Disse ainda que no início estavam todos de acordo com a proposta, depois tinha havido um mal entendido que gerou algumas divergências e no final culminou com a publicação da Folha da Assembleia, pelo que, nesse sentido, considerou que não havia nada a lamentar.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente ao ofício sobre os transportes de materiais, informou que tinham existido algumas restrições, devido

inclusivamente a avarias nos próprios veículos. Informou ainda que estavam a tentar encontrar um critério mais justo e uniforme, para conseguirem ceder transporte a todas Juntas de Freguesia, evitando que alguma fosse prejudicada. -----

----- Disse também que a questão das autópsias tem sido muito debatida e o problema tinha por base a lei que regulava a medicina legal e que se tratava de uma competência do Estado. Relembrou ainda que em Odemira tinha sido construída uma morgue com todas as condições, que no momento estava fechada, porque as autópsias tinham de ser efectuadas no Hospital do Litoral Alentejano. Disse ainda que a questão dos transportes era comum em diversas vertentes (Justiça, Saúde, Educação), devido à extensão do concelho de Odemira e à sua distância dos outros municípios. -----

----- Por último, relativamente à fossa do Canil Municipal disse que tinha dado a instrução aos serviços para efectuarem a limpeza, pelo que iria verificar o que se tinha passado. -----

----- Interveio o senhor Dário Guerreiro que após se ter levantado para falar de frente para todos os membros da Assembleia Municipal e para o público, uma vez que não concordava que intervissem muitas vezes de costas viradas e sentados, felicitou o grupo responsável pela Folha da Assembleia e congratulou-se pelo trabalho desenvolvido no presente ano. Agradeceu ainda aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia pela disponibilidade na distribuição das Folhas da Assembleia nas respectivas freguesias. -----

----- Por último, apelou aos responsáveis pela elaboração dos textos que tentassem cumprir a data limite de entrega dos mesmos. -----

----- Interveio a senhora Cláudia Silva que considerou a intervenção sobre o raio-x pertinente e informou que era uma preocupação que também partilhava e que estava a causar muito transtorno à população. Disse ainda que o raio-x de controlo não estava a ser efectuado porque, desde que passaram a utilizar o raio-x digital, o técnico responsável tinha de ficar numa sala separado do utente e necessitavam da instalação de um inter-comunicador. -----

----- Lamentou que essa falta estivesse a comprometer aquela funcionalidade, no entanto, informou que tinha sido assumido pelo senhor Director Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Litoral Alentejano que o mesmo seria brevemente instalado.-----

----- Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação as duas Moções apresentadas naquele ponto da Ordem de Trabalhos:-----

----- a) **Moção**, apresentada pelo senhor Alberto Beijinha, em nome dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, sobre “Lei do Orçamento de Estado/ 2011”.-----

----- Interveio o senhor João Rebelo dos Reis que considerou que o actual Orçamento de Estado, apesar dos cortes ao nível das finanças locais, era responsável e que coadunava com a actual conjuntura do país. Por esse motivo, informou que o grupo de eleitos pelo Partido Socialista não poderia votar a favor daquela Moção.-----

----- Interveio o senhor João Quaresma que referiu que actualmente era habitual ouvir-se dizer: “a situação é de crise e por isso temos de ser responsáveis e austeros”. Referiu ainda que a questão da austeridade era das maiores patranhas inventadas e reproduzidas largamente na comunicação social. Considerou que a austeridade traduzia-se no buraco financeiro deixado pela banca que o contribuinte teria de pagar e, bem assim, lembrou que as crises eram planeadas.-----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da Moção em causa, tendo a mesma sido rejeitada por maioria, com vinte votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e três abstenções dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia Municipal;-----

----- b) **Moção**, apresentada pelo senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, em nome dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária,

sobre “Uma extraordinária greve geral. Uma vitória dos trabalhadores”.-----

----- Interveio o senhor João Rebelo dos Reis que considerou curioso verificar que a votação a nível político daquela Moção tinha obtido exactamente a mesma votação na Assembleia da República aquando da aprovação do Orçamento de Estado. Considerou ainda que o tempo de debate daquelas Moções deveria ser canalizado para assuntos de interesse do concelho.-----

----- Interveio o senhor João Quaresma que, relativamente à questão de se debaterem ou não os problemas nacionais, naquela Assembleia Municipal, considerou que incorrecto seria alhearem-se completamente do país, como se vivessem isolados, lembrando que inclusivamente no orçamento da Câmara Municipal existia uma transferência do Estado. -----

----- Lamentou que apenas se pudesse falar de política nacional quando não se tocassem “nas feridas”.-----

----- Interveio o senhor Carlos Carvalho que lamentou a intervenção do senhor João Rebelo dos Reis e lembrou que no concelho existiam problemas graves devido aos cortes de verbas a nível nacional.-----

----- Interveio o senhor Dário Guerreiro que lamentou que naquela Assembleia Municipal, quando tinham a oportunidade de debater temas de interesse para o concelho não o fizessem ou votassem contra. Independentemente da importância que os assuntos a nível nacional teriam, lembrou que o título do ponto da Ordem de Trabalhos que estava em causa era: Assuntos de interesse para o concelho.-----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da Moção em causa, tendo a mesma sido rejeitada por maioria, com dezoito votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, três abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e três abstenções dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom

Caminho”, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia Municipal;-----

----- Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Seguidamente nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros deste Órgão, a senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão para um intervalo de dez minutos. -----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos.-----

-----**III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO: Foi presente o Relatório de Actividades desenvolvidas pelo

Município de Odemira, nas diferentes áreas, no período de um de Setembro do corrente ano a trinta de Novembro do mesmo ano, que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. - -----

----- Interveio o senhor Carlos Carvalho que referindo-se ao Mapa do Aprovisionamento constante na décima oitava página e seguintes, disse que tinha conhecimento de uma adjudicação de um serviço de paginação da revista do Município que não constava naquele mapa. Referiu ainda que a adjudicação no valor de cinco mil euros, tinha sido efectuada em Outubro a uma funcionária que tinha terminado o contrato, no entanto, continuava a trabalhar no mesmo local de trabalho. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que a listagem fornecida continha os principais ajustes e nunca tinham vindo mencionadas as assessorias. Relembrou que estavam a terminar alguns contratos a termo certo e em determinadas áreas,

uma vez que ainda não tinham aberto qualquer procedimento concursal, para assegurar os serviços foram efectuadas algumas assessorias, lembrando que na vigilância da portaria das oficinas municipais também o tinham feito.-----

----- Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **Ponto dois:** ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE DOIS MIL E ONZE: Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que efectuou uma apresentação detalhada da proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão:-----

----- “1 - ASSUNTO N.º 0768-2010 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2011.-----

----- Foi presente a informação n.º 92/2010, datada de 07 de Dezembro de 2010, a remeter o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2011, elaborado de harmonia com o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que importa, tanto na receita como na despesa, no total de 39.915.000 euros (TRINTA E NOVE MILHÕES E NOVECENTOS E QUINZE MIL EUROS), que vai ficar arquivado no maço de documentos, respeitante à presente acta.-----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos, bem como a remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar com os votos favoráveis dos eleitos pelo Partido Socialista e com os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----

----- Foi apresentada uma Declaração de Voto, pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, que seguidamente se transcreve:-----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- Os documentos referentes às Grandes Opções do Plano para o ano 2011 evidenciam mais uma vez a falta de uma estratégia e de opções que implementem e dinamizem acções relevantes de promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, que combatam a desertificação humana e o desemprego, que aproximem e envolvam os cidadãos e a Administração Pública. Estamos a viver uma verdadeira crise cujos efeitos são bem reais e que, pela sua dimensão, exige que os dinheiros públicos sejam utilizados de forma coerente, responsável e eficaz; ao invés, é-nos apresentado um conjunto de projectos correspondentes a meras intenções, desde há anos constantes das Grandes Opções do Plano, tendo muitos deles já servido de base para a contratação de empréstimos, cuja execução é, mais uma vez, adiada. ----

----- Reafirmamos que, quando a Autarquia deixar de ter acesso aos Fundos Comunitários e a possibilidade de fazer novos empréstimos, poucas alternativas restarão a não ser taxar ainda mais fortemente os cidadãos para manter a máquina burocrática. Verificamos que alguns passos já vão sendo dados nesse sentido, pois nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011 propõe-se cobrar aos cidadãos mais TAXAS, TARIFAS, IMI, DERRAMA, IRS, de que se destacam, pelo aumento brutal previsto na cobrança de tarifas, as relativas à cobrança da água, à recolha dos esgotos e do lixo. -----

----- Por outro lado, verificamos que a capacidade máxima legal de endividamento da Autarquia, face aos empréstimos contraídos desde o ano de 1998 até hoje, está a chegar ao fim e o tempo de vacas gordas e de gastos sem pensar no futuro está a findar. Registamos que o modelo de endividamento do Município é bem parecido com o modelo do endividamento do Governo – os cidadãos que paguem a crise. O resultado destas opções está bem à vista e vão ser os executivos futuros que terão de suportar os custos desse modelo de gestão do dinheiro público, tornando-se meros espectadores, tal como se verificou já em 2010 quando pouco se fez a não ser apenas a gestão do pagamento de milhões de euros de dívidas.-----

----- Acreditamos, pelo que temos vindo a apreciar ao longo dos últimos anos, que as

receitas próprias do Município e as transferências provenientes do Orçamento de Estado, a breve prazo, permitirão apenas garantir os custos inerentes ao pessoal e outros gastos correntes.-----

----- Aquilo a que nos referimos já teve o seu início e um grande número de projectos inscritos nos Planos Plurianuais de Investimentos, como tem sido demonstrado nas Contas de Gerência dos anos findos, são meras ilusões que se pretendem incutir nos cidadãos, e não passam do papel.-----

----- A conta de Gerência do ano 2010 nos irá dar razão e a do ano 2011 será um verdadeiro assombro.-----

----- Mas, para além dos investimentos que pensamos que continuarão a não se poder realizar, já acontecem hoje situações preocupantes e que são do conhecimento público, tais como:-- -----

----- - a falta constante de verbas disponíveis até para a compra de uma simples peça necessária e urgente para urna máquina ou viatura;-----

----- - a exigência aos trabalhadores para fazerem horas extraordinárias, sem que lhes sejam pagas integralmente todas as horas efectuadas;-----

----- - a saída de dezenas de trabalhadores que findaram o seu contrato, ou talvez mais de urna centena, quando há lugares por preencher no quadro do Município;-----

----- - a pouca eficácia na resposta atempada aos cidadãos que é cada vez mais notória, associada à burocratização dos serviços;-----

----- - a crescente degradação a que está a chegar o equipamento e viaturas imprescindíveis na qualidade ambiental tão necessária à população;-----

----- - a falta de limpeza periódica dos contentores de lixo, que há anos deixaram de ser lavados e desinfectados;-----

----- - a degradação do Património Municipal edificado, algum já em ruínas, quando

os eleitos do Partido Socialista aplicam taxas agravadas aos particulares que possuem edifícios no mesmo estado dos do Município;-----

----- - é notório o abandono e desaproveitamento dos recursos existentes e de determinados serviços que a Autarquia executava, os quais passaram a ser entregues e executados por privados, obrigando os cidadãos a pagar esses custos taxando assim mais e mais as facturas e licenças de que necessitam; -----

----- É lamentável, injusta e ridícula a verba inscrita no valor de vinte mil euros para apoio às famílias carenciadas e desprotegidas, resultante das alterações introduzidas nos diversos Regulamentos, aprovados pelos eleitos do PS com os votos contra dos eleitos da CDU, em cuja base de incidência para qualquer tipo de benefício é considerado somente o rendimento “per capita” de trezentos euros.-----

----- Transmitir-se aos cidadãos, através de folheto, que o Município apoia as famílias economicamente desfavorecidas, assim como as famílias numerosas, garantindo dessa forma condições de acesso universal a esses serviços, é uma pura inverdade, e não passa de mais uma redundância da prática anti-social dos últimos governos ditos socialistas, pois, tendo em conta o rendimento “per capita” de trezentos euros, perguntamos a que famílias se quer referir o Senhor Presidente da Câmara?-----

----- O que todos sabemos é que as medidas tomadas pelo Governo Socialista no famigerado PEC III irão agravar ainda mais as situações sociais nos próximos anos. -----

----- Uma gestão sem ter em conta o Serviço Público, o respeito e cumprimento que o mesmo exige, as dificuldades que muitas famílias hoje enfrentam e as previstas para o próximo ano e seguintes, irá reflectir-se num agravamento das condições de trabalho, permitindo acções de autoritarismo, de compadrio em que vingará a famigerada frase do “vale tudo e salve-se quem puder”.-----

----- Pelo que referimos (e pelo muito que fica por referir), consideramos que as Grandes

Opções do Plano são meras ilusões, não existe qualquer estratégia, tal como o governo central faz “aumentam-se os impostos e as contribuições de toda a natureza possível e descaradamente afina-se nos órgãos de comunicação que há mais justiça”, o caminho com um novo rumo que dizem estar a trilhar não se vê, as propostas que dizem serem realistas, a nosso ver, são um “pacote” cheio de interrogações e retratam que de facto não existem novas ideias. -----

----- O Município está a ser gerido ao sabor do dinheiro que parece ainda estar disponível, mas a realidade é outra.-----

----- As Grandes Opções não dão resposta às questões que consideramos essenciais, tais como: a Habitação; o Planeamento e Ordenamento da Território, nomeadamente os diversos Planos de Pormenor há muito adiados; as áreas clandestinas por resolver; as AUGI'S por implementar; a Actividade Económica pouco ou nada acompanhada e sem apoio; o Turismo assente no pouco que existe, realizando-se apenas uma simples feira anual de promoção, sem medidas concretas para captar novos investidores; as Pescas sem qualquer apoio aos que ainda resistem e outras situações que será demasiado exaustivo enumerar. -----

----- O investimento em áreas economicamente rentáveis e sustentáveis social e ambientalmente é inviabilizado pela profusão de planos de ordenamento, pela burocracia que daí resulta e, em face desta situação insustentável, registamos a anuência efectiva do executivo. As referências a este conjunto de preocupações que mexem com milhares de famílias, são parcas ou nenhuma, mas estes são, a nosso ver, uma grande parte dos problemas que afectam (e muito) os cidadãos do nosso concelho e que nestes documentos poderiam e deveriam ter como resposta um conjunto de medidas que fizesse face às dificuldades financeiras. Mais uma vez tudo fica adiado, tal como tem acontecido desde há mais de dez anos. -----

----- Quanto ao Orçamento proposto para o ano 2011, tal como as opções feitas e traduzidas no PPI - Plano Plurianual de Investimentos e no PAM - Plano de Actividades Municipal, este é irreal e está sobrevalorizado em muitos milhões de euros na parte

da Receita. -----
----- Vejamos: -----
----- Acreditar que é possível vender património e arrecadar mais de dois milhões e meio de euros, é fazer tábua rasa da crise que se vive no nosso País em geral, e em particular no nosso Concelho e é enterrar a cabeça na areia, pois a receita realizada no ano 2010 não deverá ultrapassar as duas centenas de milhares de euros, sendo um exemplo claro das dificuldades que os cidadãos atravessam. -----
----- É muito duvidoso que se vá obter em taxas, multas e outras penalidades mais de quinhentos mil euros, a não ser que os serviços “descubram a sua vocação policial, advogada pelo governo central”; -----
----- Quanto à receita que prevê arrecadar na Venda de Bens e Serviços Correntes, onde se incluem a venda de água e a recolha de esgotos e de lixos, mais de quatro milhões de euros, é o resultado do aumento gravoso das tarifas que vão ser aplicadas no início do ano aos cidadãos, tal como dissemos quando votámos contra esses regulamentos e essas tarifas. -----
----- “A verdade é como o azeite vem sempre ao de cima” e aí está; -----
----- Também não acreditamos que seja possível utilizar no ano de 2011 o valor previsto de mais de cinco milhões e quatrocentos mil euros de empréstimos. -----
----- Dizemo-lo, porque os Deputados do PS votaram contra a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, que dava resposta às grandes preocupações dos Municípios e respondia às questões nesta matéria apresentadas pela ANMP. -----
----- Os Senhores Deputados do PS limitaram-se a votar a proposta de Lei apresentada pelo Governo, que proíbe que em 31 de Dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido de cada município, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, não pode exceder o que existia em 30 de Setembro de 2010 e a contracção de novos empréstimos de médio e

longo prazo está limitada ao valor do rateio do montante global das amortizações efectuadas pelos municípios em 2009, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, excepcionando apenas as situações devidamente fundamentadas, designadamente os empréstimos destinados ao financiamento de investimentos apoiados pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu MFEEE no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana em Bairros Críticos. -

----- Quer tudo isto dizer que foram limitados novos empréstimos a um rateio nacional de todos os municípios, proibiram a utilização dos empréstimos já contratados com as entidades financeiras, que podem vir exigir encargos suplementares e até penalizar os Municípios, os quais até já estavam visados pelo Tribunal de Contas.-----

----- Será que a gestão socialista vai fechar os olhos e fazer que não vê e não leu o que o Governo impôs? -----

----- Quanto às Despesas previstas no Orçamento, o seu total traduz-se na continuação do agravamento das despesas correntes, sendo de realçar o aumento significativo da Aquisição de Bens e Serviços, em que, tal como os documentos demonstram, se prevê gastar no ano de 2011 o valor de sete milhões e oitocentos mil euros. -----

----- Esta previsão confirma o que dizemos há muito tempo: -----

----- A preocupação dos actuais gestores é proceder à aquisição de serviços no exterior e não aproveitar as potencialidades e os recursos existentes, criando postos de trabalho para os jovens e menos jovens do nosso concelho, evitando e combatendo a desertificação e a emigração dos filhos do nosso Concelho.-----

----- Quanto às intenções de investimentos (obras), com este orçamento irreal vamos assistir apenas à conclusão de algumas obras que estão há muito por concluir e cujos prazos já terminaram.-----

----- Vamos assistir durante o ano de 2011 a uma realização residual em obras, quando

existem excepcionalmente Fundos Comunitários com participações de 80% a fundo perdido, valores de participação nunca antes atingidos, que permitiriam aos Municípios efectuar muitas obras com um pequeno esforço financeiro próprio. -----

----- Também constatámos que um conjunto de pequenas obras e equipamentos, que vinham com previsões de investimentos exequíveis, viram reduzidos os seus valores e passaram a ter mera inscrição residual.-----

----- Algumas obras bastante propaladas quanto à sua execução, deixaram de o ser, pois neste Plano e Orçamento é claro para nós que se vão acatar as medidas que o Governo quer impor às Autarquias em várias áreas e que foi apenas adiada a decisão de as aceitar. Referimo-nos concretamente às escolas em algumas sedes de Freguesia (que o Governo quer encerrar no ano 2011), entre outras competências que pertencem à Administração Central, tal como já aconteceu com algumas estradas recebidas pela gestão socialista. -----

----- Consideramos que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011 em apreciação, a nosso ver, não contêm qualquer inovação, não contemplam qualquer estratégia e contêm verbas inscritas na receita que, em nosso entendimento, violam as disposições aprovadas na Assembleia da República, com os votos a favor do PS, a abstenção do PSD e os votos contra das restantes bancadas parlamentares, já divulgadas, no que se refere ao endividamento municipal.-----

----- O Orçamento resulta de opções conformistas com a crise, que as actuais políticas nacionais permitiram que se instalasse, não contém genes de mudança e esperança em melhores condições de vida para a população do nosso concelho, baseia-se numa argumentação governamentalizada “muda-se tudo para que tudo siga ao sabor da corrente”. -----

----- Pelas razões referidas votamos contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2011. -----

----- Odemira, 20 10.12.13 -----

----- Os Vereadores da CDU, -----
----- a) Cláudio José dos Santos Percheiro, -----
----- a) Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, -----
----- a) António Manuel Assude Ferreira.” -----
----- Foi apresentada uma Declaração de Voto, pelos eleitos do Partido Socialista, que
seguidamente se transcreve: -----
----- “DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA NA
CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA -----
----- Proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 -----
----- Os eleitos do Partido Socialista VOTAM FAVORAVELMENTE a proposta de
Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 da Câmara Municipal de Odemira, ano 2011,
que corresponde ao segundo ano do mandato autárquico 2009/2013, decorrendo num período
de grandes dificuldades e incertezas ao nível do desenvolvimento económico-financeiro
de Portugal, da Europa e do Mundo.-----
----- A realidade mostra que o documento proposto à aprovação considera de forma
equilibrada e responsável os principais factores a ter em conta neste momento particularmente
difícil da nossa história colectiva, designadamente, que;-----
----- - A crise orçamental portuguesa atingiu níveis preocupantes em 2010 e prevê-se um
agravamento em 2011, com cortes nas transferências do Estado que se reflectem a todos
os níveis e muito particularmente na gestão das Autarquias; -----
----- - Este quadro de referência condiciona significativamente a política municipal,
exigindo uma gestão autárquica que saiba fazer bem o equilíbrio entre a realidade actual e
a ambição das suas realizações, a sustentabilidade dos investimentos e dos serviços
prestados, tendo sempre presente o máximo aproveitamento dos Fundos Comunitários do
QREN 2007/2013;-----

----- - A avaliação da execução orçamental do município relativa ao primeiro semestre de 2010 por comparação com igual período de 2009 apresenta uma redução de -4,2% nas Transferências Correntes obtidas e de -29,3% nas Transferências de Capital, o que se traduz em cerca de 900 mil euros a menos na obtenção de receitas próprias e de cobrança e transferência dos impostos. Tendo em conta que no ano de 2009, a receita do município já havia reduzido relativamente a 2008 em 1,6 milhões de euros, podemos concluir que a tendência de queda se manteve em 2010, e que contrariamente ao esperado aquando da elaboração do orçamento de 2010, aumentou o ritmo de decréscimo; -----

----- - Esta expectativa de uma evolução positiva assentou nos indicadores nacionais e internacionais que levaram à elaboração do Orçamento Municipal e do próprio Orçamento do Estado para 2010 que previa então um crescimento das receitas provenientes de transferências dos impostos para as Autarquias, em 5%, decorrentes da aplicação da Lei das Finanças Locais; -

----- - Apesar do Orçamento do Estado aprovado o determinar tal não se verificou e a actual conjuntura internacional levou à consequente tomada de medidas pelos estados europeus, tendo o Governo Português implementado o chamado Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC I), posteriormente revisto com a adopção de medidas adicionais (PEC II), com impacte relevante nas receitas municipais;-----

----- - A recente proposta de Orçamento do Estado para 2011 veio confirmar a tendência de redução de receitas municipais provenientes das transferências do estado, traduzida no caso de Odemira num montante superior a 1 milhão e quatrocentos mil euros, correspondente a um corte de 8,6% relativamente aos valores previstos no Orçamento do Estado de 2010;-----

----- - Desta forma a quebra de receitas é significativa, invertendo a tendência dos últimos anos, pois pela aplicação directa da actual Lei das Finanças Locais a receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado cresceu em 2007, 2008 e 2009 e cresceria anualmente 5% em 2010 e 2011, porém, por aplicação dos PEC II e III a receita não só não cresceu como

se vê significativamente reduzida. -----

----- Neste contexto;-----

----- Consideram os eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal que os reflexos destas medidas são inevitáveis, traduzindo-se em Odemira, pela necessária contenção da despesa e redução do deficit na prestação de alguns serviços municipais, medidas que foram implementadas já em 2010 e que terão continuidade em 2011, levando ao adiar de alguns investimentos e à redução de custos em actividades, em parcerias, em diversos protocolos e acordos de colaboração, e com o pessoal, designadamente na redução do número de efectivos por motivo de reforma e do número de funcionários Contratados a Tempo Certo por atingirem o número máximo de renovações. -----

----- Sublinhamos apesar disso, que não houve qualquer “despedimento”, tendo sido renovados todos os contratos a termo certo até ao limite da sua possibilidade de renovação. -----

----- Para nós, Eleitos do PS na Câmara Municipal, o contexto geral exige um orçamento que responda na exacta medida de gestão da crise económica e social, do aproveitamento dos Fundos Comunitários do QREN, dos novos modelos de parcerias já estabelecidas na gestão dos sistemas ambientais (designadamente na gestão da água e do saneamento em “Alta”) e do Polis do Litoral Sudoeste, bem como das novas solicitações e exigências do dia-a-dia, que exigem cada vez mais, projectos bem elaborados, sustentáveis e com inovação, o que em nosso entender foi conseguido com a presente proposta. -----

----- Congratulamo-nos igualmente que as Grandes opções do Plano promovam com determinação em continuar o processo de crescimento e de desenvolvimento do concelho, procurando seguir no caminho de uma maior participação colectiva, desde logo marcada pelo reforço do trabalho em Parceria com as Pessoas, aprofundando o trabalho de equipa e de solidariedade institucional assente em Parcerias com as entidades públicas (Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Associações de Municípios, Governo, Fundação,

Associações, Colectividades, Escolas,...) e as entidades privadas (Associações sem fins lucrativos, Empresas,...), pela realização de investimento e trabalho conjunto de gestão, numa lógica de desenvolvimento integrado. -----

----- Revemo-nos igualmente em que o trabalho que está a ser realizado neste mandato, é um trabalho de fundo que não tem apenas objectivos imediatistas mas sim de resultados que a médio e longo prazo contribuam de forma sustentada para o desenvolvimento do concelho.-----

----- Para o PS o Documento proposto à aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011 agora aprovado, é uma proposta que merece o nosso voto favorável porque é equilibrada, realista, procurando encarar o futuro com optimismo e sentido de responsabilidade, cumprindo por um lado, a lei, e por outro, os interesses do Município e dos munícipes. -----

----- Face ao exposto, o Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 da Câmara Municipal de Odemira. -----

----- Odemira 13 de Dezembro de 2010, -----

----- Os Eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal de Odemira, -----

----- a) José Alberto Candeias Guerreiro, -----

----- a) Hélder António Guerreiro, -----

----- a) Sónia Isabel Nobre Correia, -----

----- a) Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso.” -----

----- Interveio o senhor José Gabriel Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que referiu que aquele orçamento tinha uma redução relativamente ao orçamento anterior, em cerca de três milhões e meio de euros e que em encargos com o pessoal registava-se uma redução de cerca de um milhão de euros, representando cerca de quarenta e cinco por cento da despesa corrente.-----

----- Considerando que se tratava de orçamento equilibrado, tecnicamente correcto, informou que iria votar a favor. -----

----- Interveio o senhor João Quaresma que lembrou que os empréstimos eram efectuados para colmatar investimento. Considerou ainda que se o empréstimo fosse a única via para fazer o bem às populações, teria o seu aval moral, no entanto na prática isso originava outras questões mais graves. -----

----- Referindo-se à trigésima quinta folha do documento em causa, lembrou que a “venda de bens e prestações de serviços correntes” ocupavam a segunda fatia mais significativa na receita corrente. Disse ainda que aquela receita tinha ficado sempre aquém da previsão, pelo que nessa conformidade, questionou como iriam proceder quando não houvessem bens para venda. -----

----- Manifestou ainda a sua perplexidade, pelo facto da Câmara Municipal possuir um saldo negativo, lembrando que a dívida total rondava os quinze milhões de euros. Nesse sentido, perguntou qual era o limite legal de endividamento e, bem assim, questionou como iria o Município, na prática, obter a verba para saldar aquela dívida. Considerou também que estavam a camuflar uma tendência negativa das contas. -----

----- Por último, perguntou se já tinham efectuado uma análise do valor dos juros suportados pelo Município de Odemira, referentes a todos os empréstimos contraídos. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que lembrou que existiam empréstimos para despesas correntes, que se tinham de se liquidar no espaço de um ano e empréstimos de médio e longo prazo, para investimento. Referiu que seria grave se não conseguissem liquidar os empréstimos de curto prazo. Relativamente aos outros empréstimos, considerou que poderiam apenas equacionar a estratégia definida ou a sua eventual oportunidade. -----

----- Revelou ainda que normalmente recorriam a empréstimos para obras comparticipadas pelo QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional e que se traduziam em oportunidades

únicas. Considerou que as gerações futuras não os poderiam acusar de estarem a perder oportunidades de investimento. Relembrou ainda que até ao empréstimo referente ao Polis, todos os empréstimos tinham sido aprovados por unanimidade na Câmara Municipal. -----

----- Revelou que não deveriam fazer orçamentos com base em endividamento zero, mas sim em endividamentos sustentáveis que permitiam aproveitar aquelas oportunidades. Informou ainda que a Câmara Municipal encontrava-se numa situação perfeitamente sustentável a nível de empréstimos e não havia endividamento excessivo. Referiu também que, no futuro, quem estivesse no Executivo Municipal teria todas as condições para poder cumprir e honrar os seus compromissos. -----

----- Relativamente ao saldo, informou que nenhuma Câmara Municipal era gerida com contas fechadas no dia a dia. Considerou ainda que para ele o importante na contabilidade do Município era o “deve” e o “haver” e, bem assim, revelou que, por vezes, era necessário correrem um pouco mais de riscos para não perderem uma oportunidade única de investimento.

----- Por último, em relação aos vinte por cento correspondentes à “venda de bens e prestações de serviços correntes”, informou que se tratavam de serviços que tinham uma regra de previsão, tais como o abastecimento de água, esgotos e resíduos sólidos. Disse ainda que a venda de património, se cifrava na ordem dos dois milhões de euros e que era substancialmente inferior em relação à prevista no ano transacto.-----

----- Interveio o senhor João Quaresma que considerou que aquela receita não permitia uma grande margem de manobra para investimento sem ter de recorrer a empréstimos.-----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a maior parte do orçamento tinha investimentos plurianuais e que essa despesa poderia ser gerida à medida que tivessem capacidade para o fazer. Referiu ainda que tendo em conta a actual conjuntura, tinha havido a necessidade de efectuarem alguma contenção na despesa de capital e relembrou que inclusivamente tinham recorrido a um empréstimo para o Polis, porque o

compromisso tinha sido anteriormente assumido. Nessa perspectiva, disse que futuramente teriam de estruturar a despesa corrente e considerou que ela seria o maior travão, porque se descia a receita, automaticamente tinham de descer a despesa. Relativamente à despesa de investimento, referiu que ela poderia ser reorientada.-----

----- Por último, informou que a receita no orçamento municipal tinha várias origens, designadamente: nos impostos directos do Estado, pagos pelos portugueses; nas contribuições autárquicas, pagas pelos munícipes do concelho de Odemira; do QREN e dos empréstimos bancários que tinham limites e eram destinados para casos muito específicos.-----

----- Interveio o senhor Manuel Coelho que referiu que era uma das preocupações do Município, aproveitar as verbas dos fundos comunitários do QREN. Disse ainda que na última sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMAL, realizada em Sines, a questão da execução das obras planeadas nas candidaturas do QREN tinha sido abordada e tinha ficado provado o esforço que o Município de Odemira estava a fazer nesse sentido.-----

----- Relativamente à sustentabilidade municipal lembrou que, ao nível do apoio social, tinha sido construída a Creche de São Teotónio e o Centro de Dia de Vila Nova de Milfontes e, bem assim, revelou que através da Segurança Social iriam ser construídos no concelho de Odemira os Lares de São Luís, Colos, Odemira e da APCO – Associação de Paralisia Cerebral de Odemira.-----

----- Por último, referiu que aquele orçamento era o primeiro em que se tinha verificado uma descida na previsão das despesas, congratulando o senhor Presidente da Câmara Municipal pela coragem demonstrada naquela atitude.-----

----- Interveio o senhor Carlos Carvalho que relativamente às despesas com o pessoal, lamentou que em situações de crise, o mais fácil fosse reduzir aquela despesa. Referiu ainda que no Mapa de Pessoal previam um aumento de contratações por tempo indeterminado de vinte e quatro pessoas, por tempo certo de cerca de trinta pessoas e mais quatro directores

municipais. Nesse sentido considerou que aquela previsão não espelhava um corte muito elevado nas despesas com o pessoal. Perguntou também se no próximo ano iriam preencher todos os lugares previstos e bem assim, apelou para que houvesse equidade nos respectivos concursos.-----

----- Revelou ainda que até à data tinham saído da Câmara Municipal cerca de sessenta trabalhadores (aposentados ou contratados). Considerou lamentável que oito daqueles trabalhadores fossem auxiliares de acção educativa que já tinham seis anos de antiguidade de contrato, sem contar com os anos correspondentes a programas ocupacionais. Lamentou ainda que aquelas pessoas tivessem continuado no seu local de trabalho através, novamente, de programas ocupacionais ou das Juntas de Freguesia, para assegurarem o funcionamento das respectivas escolas, o que considerava desumano e até ilegal.-----

----- Interveio o senhor Manuel Amaro que em relação à apresentação de candidaturas, referiu que existia um limite de endividamento que podia ser lançado nas despesas correntes, como forma de obter recursos financeiros para formalizar as candidaturas. Porém considerava que aquele recurso deveria ser tratado a nível excepcional.-----

----- Considerou ainda que seria mais gravoso não recorrerem às candidaturas se houvesse a disponibilidade para ter aquele recurso financeiro e não o utilizassem por faltar a componente de auto-financiamento. Relembrou ainda que a utilização dos fundos que eram colocados à disposição dos programas comunitários era uma obrigação para todos os Municípios e congratulou-se pelo facto do Município de Odemira ter conseguido formalizar as candidaturas.-

----- Referindo-se à verba prevista para a água, informou que a Associação de Beneficiários do Mira já tinha sido abordada pela empresa Águas Publicas do Alentejo, no sentido de negociarem o abastecimento em alta para o município de Santiago do Cacém e estranhou que, relativamente ao Município de Odemira, ainda não tivessem sido contactados.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que em relação à última

intervenção, disse que a negociação referente ao abastecimento de água no concelho de Odemira, provavelmente iria decorrer durante o mês de Fevereiro do próximo ano. -----

----- Disse ainda que concordava quando tinha sido referido que o recurso aos empréstimos deveria ser encarado como uma medida excepcional e informou que actualmente existia uma medida governamental, que restringia a utilização do crédito. -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que relativamente ao empréstimo do Polis, disse reconhecia a importância do Polis, porém discordava que o Município de Odemira tivesse de pagar três milhões e oitocentos mil euros para receber apenas, como contrapartida, duas obras que eram da sua responsabilidade. Referiu ainda que o Polis traduzia-se num conjunto de ideias que não se iriam realizar, porque não tinha havido a preocupação de fazer um levantamento dos terrenos abrangidos, não existiam projectos ou um plano estratégico. Nessa conformidade tinham votado contra o empréstimo. -----

----- Considerou ainda pertinentes as questões levantadas pelo senhor João Quaresma e sugeriu que lessem a Declaração de Voto dos Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária aquando da votação daquele assunto na reunião da Câmara Municipal. Disse também que deveriam ponderar sobre o futuro, uma vez que não se tratava de uma crise que passaria rapidamente.-----

----- Referiu ainda que o Município de Odemira tinha uma despesa corrente fixa que não podia evitar de suportar, resultante de uma estrutura criada. Revelou ainda que a única diferença relativamente ao orçamento do ano anterior era a verba de cento e sessenta mil euros na despesa corrente.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que todas as Câmaras Municipais tinham uma grande preocupação relativamente às suas despesas correntes. Informou ainda que estavam a prever para o próximo ano cerca de um milhão quinhentos e sessenta mil euros correspondente a despesa corrente realizada no presente ano e não paga,

devido aos cortes e quebras de receita. Nesse sentido referiu que a diferença de um orçamento para o outro seria aquela verba somada aos cento e sessenta mil euros. -----

----- Por último, disse que não defendia a elaboração de orçamentos com endividamento zero, porque denotava uma provável perda de oportunidades de investimento. -----

----- Interveio novamente o senhor Manuel Amaro que se congratulou com as medidas que tinham sido tomadas na redução de pessoal, apesar de compreender a perspectiva das pessoas que ficavam limitadas nos seus recursos, por não ter sido renovado o contrato. Considerou ainda que deveriam canalizar os recursos financeiros no sentido de se incentivar o surgimento de postos de trabalho em empresas privadas sedeadas no concelho e não apenas na Câmara Municipal. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto contra do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Carlos Carvalho, eleito pelo Bloco de Esquerda, apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Considerando que:-----

----- 1 - O Executivo Municipal de Odemira continua a não cumprir o Estatuto do Direito de Oposição, consagrado na Lei 24/98 de 26 de Maio, o qual reconhece aos partidos políticos “representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e não representados no correspondente órgãos executivo” o direito a serem ouvidos “sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade” (nº 3 e 4 do Art.º 5.º).-----

----- O n.º 2 do Art.º 4.º estabelece que “as informações devem ser prestadas directamente e

em prazo razoável, aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição. Ou seja, este dever de consulta prévia deve ocorrer antes da aprovação da versão final do Orçamento e Plano de Actividades pelo Executivo, de forma a poder recolher os contributos das diferentes forças políticas.-----

----- 2 – A proposta de Orçamento do município de Odemira para 2011, no montante de 39 milhões e 915 mil euros, está empolada tanto no capítulo das receitas, como da despesa. -----

----- Parte significativa das receitas continuam dependentes do QREN, com calendarização problemática, enquanto as receitas próprias estão sobrevalorizadas – em 2010, por exemplo, a receita realizada não deverá ultrapassar os 200 mil euros; assim, a estimativa de 6,5 milhões de euros para 2011, sendo 2,5 milhões da venda de prédios em tempo de crise, não tem credibilidade;-----

----- 3 – A incerteza desta receita implicará novos cortes na despesa, já comprometida em cerca de 51.5% com despesas fixas, o que traduz uma quase estagnação do investimento. Estes cortes já estão em curso, com a caducidade de 127 trabalhadores contratados a termo e apenas 24 novas contratações por tempo indeterminado; ao PEC municipal de Junho 2010, com a redução dos apoios no Cartão Social Municipal nos apoios ao arrendamento, nas tarifas sociais de água, saneamento e resíduos sólidos, bem como às estruturas sociais desfavorecidas ou dependentes, segue-se um novo PEC Municipal incorporado no Orçamento 2011 – por exemplo, o novo Regulamento de concessão de bolsas de estudo.-----

----- 4 - Os apoios previstos de 1 milhão e 210 mil euros a instituições sem fins lucrativos, claro de atribuições de subsídios, não dão garantias de isenção e transparência, após um ano em que muitas associações (nem todas, obviamente!) viram reduzidos os apoios que habitualmente recebiam do município.-----

----- 5 - Apesar destes cortes na despesa social e dos que se lhe seguirão, não está assegurada uma execução equilibrada do Orçamento para 2011; daí a margem de manobra

artificial que o executivo tenta esconder atrás de rubricas “Outros”, num total de vários milhões de euros, ferindo o princípio da consignação e da especificação orçamentais – e não se diga que esta classificação deriva do POCAL, pois nada impediria que esses “outros” fosse, detalhados em listagem anexa ao orçamento;-----

----- 6 – Esta falta de rigor dá continuidade a catorze anos de gestão PS na Câmara Municipal de Odemira, com baixa capacidade de realização orçamental e um endividamento crescente – no ano corrente, apesar de o município ter sido obrigado a pagar 6 milhões de dívida de curto prazo, referente à factura eleitoral de 2009, a dívida global baixou apenas de 19 para 15 milhões de euros, ou seja, foram contraídos 2 milhões de dívida nova, queimando mais algumas etapas da capacidade legal de endividamento do município;-----

----- Assim, em coerência,-----

----- O deputado municipal do Bloco de Esquerda vota CONTRA a Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2011, aprovadas pelo executivo da Câmara Municipal de Odemira.”-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que congratulou-se com a forma como aquele orçamento tinha sido debatido na Assembleia Municipal. Disse ainda que tinha sido cumprido o direito de oposição e que tinha sido enviado, atempadamente, para o Bloco de Esquerda a documentação para apreciação. -----

----- **Ponto três: REGULAMENTO DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA:**

Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão:-----

----- “3 -ASSUNTO N.º 0757-2010 – REGULAMENTO DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA-----

----- Foi presente a informação n.º 686/2010, datada de 26 de Novembro, proveniente da Divisão da Rede Viária e Espaços Urbanos, a qual dá conhecimento que terminou o prazo de

discussão pública do Regulamento referido em epígrafe, não tendo havido qualquer reclamação ou sugestão ao mesmo. -----

----- Informa ainda que há que se proceder a uma rectificação no texto do regulamento, nomeadamente na alínea b) do ponto 3 do art.º 20, onde se lê “contra” dever-se-á ler “contar”.--

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos com remissão à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser submetido à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal e posterior publicação da correcção proposta.” -----

----- Interveio o senhor José Gabriel Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que informou que na sua freguesia existiam vários problemas com a atribuição dos números de polícia, designadamente existiam prédios urbanos registados que faziam referência ao prédio rústico; existiam situações em que ao mesmo prédio rústico correspondiam várias operações de loteamento e em que cada uma era atribuído o lote número um; existiam prédios com registos antigos que depois passavam a ter uma nova designação, carecendo de uma certidão do Município relativamente à localização do mesmo. Em relação à última situação, sugeriu que fosse a Junta de Freguesia a passar aquela certidão, uma vez que já emitiam o respectivo parecer e seria mais uma verba que iriam receber. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que iria verificar essa possibilidade junto dos serviços. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e

nove membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto quatro:** REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO E RECOLHA DE VEÍCULOS: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão: -----

----- “4 - ASSUNTO N.º 0758-2010 – REGULAMENTO DE REMOÇÃO E RECOLHA DE VEÍCULOS -----

----- Foi presente a informação n.º 696/2010, datada de 29 de Novembro, proveniente da Divisão da Rede Viária e Espaços Urbanos, através da qual dá conhecimento que terminou o prazo de discussão pública do regulamento referido em epígrafe, não tendo havido qualquer reclamação ao sugestão ao mesmo. -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos com remissão à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser submetido à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.” -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto cinco:** REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DO CAFÉ DA BIBLIOTECA MUNICIPAL JOSÉ SARAMAGO EM ODEMIRA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão:-----

----- “3 - ASSUNTO N.º 0717-2010 – REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DO CAFÉ DA BIBLIOTECA MUNICIPAL JOSÉ SARAMAGO EM ODEMIRA --

----- Foi presente a informação n.º 1143, datada de 11 de Novembro de 2010, proveniente da Divisão de Educação e Cultura, a informar que, o de Regulamento de Concessão do Café da Biblioteca Municipal José Saramago foi publicado em Diário da Republica, II Série, no dia 15 de Novembro de 2001. Desta forma, propõe-se de harmonia com a alínea a) e d) do n.º7, do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar posturas e regulamentos em matérias da sua competência exclusiva e exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a revogação do Regulamento da Concessão do Café da Biblioteca Municipal José Saramago. ----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, bem como que seja remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.” -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto seis:** PUBLICAÇÃO DEFINITIVA DO REGULAMENTO DE BOLSAS DE ESTUDO: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão: -----

----- “1 - ASSUNTO N.º 0767-2010 – PUBLICAÇÃO DEFINITIVA DO REGULAMENTO

DE BOLSAS DE ESTUDO. -----

----- Foi presente a informação nº 1202, datada de 3 de Dezembro de 2010, proveniente da Divisão de Educação e Cultura, a informar que considerando a publicação do Projecto de Regulamento das Bolsas de Estudo, no Diário da República n.º 163, de 23 de Agosto de 2010, e decorridos os 30 dias úteis para apreciação pública, propõe-se a aprovação definitiva do Regulamento das Bolsas de Estudo e consequente remissão à Assembleia Municipal para aprovação, deliberação e posterior publicação definitiva em Diário da República. -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar com os votos favoráveis dos eleitos pelo Partido Socialista e com os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----

----- Foi apresentada uma Declaração de Voto, pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, que seguidamente se transcreve: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- Tal como referimos em 05 de Agosto de 2010, voltamos hoje a afirmar que: -----

----- “A madrugada de Abril e a Constituição da República Portuguesa apagaram a escuridão em que durante 48 anos o nosso Povo viveu, garantindo a liberdade de aprender e ensinar, cujos princípios de universalidade, igualdade e direitos foram consignados para todos os cidadãos.-----

----- O acesso à Educação é e deve ser uma preocupação do Estado e dos Municípios do nosso País. -----

----- Há mais de duas décadas que a Câmara Municipal de Odemira apoia financeiramente com bolsas de estudo os filhos dos Odemirenses no acesso ao ensino superior, o que com este novo regulamento, pelo contrário, há uma tentativa de limitar este apoio precisamente aos cidadãos mais carenciados.-----

----- Lamentamos que 36 anos após Abril, o novo projecto de Regulamento de Bolsas de Estudo, retire direitos adquiridos e justos aos filhos dos Odemirenses. -----

----- Não concordamos com essa alteração fundamental no acesso à atribuição de bolsa de estudo aos jovens do nosso Concelho, em que aos mais carenciados só é permitido ter acesso às bolsas de estudo municipal se apresentarem um rendimento do agregado familiar mensal per capita igual ou inferior a 300 euros. -----

----- Outras alterações, como a redução do valor da bolsa a atribuir passar para 40% do salário mínimo nacional é outra das nossas discordâncias, pois acentua negativamente o apoio a conceder a quem dele carece. -----

----- Estamos no “Ano internacional de combate à pobreza e exclusão social” que se assinala este ano, em que os incentivos e os apoios aos mais carentes devia ser uma conduta a ser seguida por todas as instituições públicas e privadas, mas no Município de Odemira faz-se precisamente o contrário, acentuando-se a exclusão com esta e outras medidas que têm sido tomadas neste mandato autárquico. -----

----- Por estas razões votamos contra a proposta de Regulamento. -----

----- Odemira, 2010.12.13 -----

----- Os Vereadores da CDU, -----

----- a) Cláudio José dos Santos Percheiro, -----

----- a) António Manuel Assude Ferreira, -----

----- a) Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas.” -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto contra do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e oito membros da

Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto sete:** PEDIDO DE DECLARAÇÃO – CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS – FIRMA CCTT – PROMOÇÃO TURÍSTICA E IMOBILIÁRIA LD^a – PROC. 393/2010 – RSP (OP): Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão: -----

----- “2 - ASSUNTO N.º 0714-2010 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO – CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS – FIRMA CCTT – PROMOÇÃO TURÍSTICA E IMOBILIÁRIA, LDA – PROC. 393/2010 - RSP (OP). -----

----- Foi presente a informação n.º. 141/2010, datada de 02/11/2010, elaborada pela Divisão de Aprovisionamento e Gestão de Stocks – Secção de Património, relativa ao pedido de emissão de uma declaração de aceitação dos benefícios fiscais previsto no Decreto-Lei n.º. 249/2009, de 23/09, e especificação por parte deste Município, da concessão de isenção ou redução de IMI e IMT, e quais as percentagens aplicadas nessas reduções, no projecto de investimento de uma unidade hoteleira de 5 estrelas com características diferenciadoras a nível nacional, a concretizar temporalmente entre 2010 e 2012, nas margens da Barragem de Santa Clara-a-Velha.-----

----- Propõe-se a análise e indeferimento da pretensão.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal o indeferimento da pretensão fundamentado na actual conjuntura económica global e local que recomendam a arrecadação de todas as verbas possíveis de impostos locais.” -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, tendo sido deliberado por unanimidade, com dezoito votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto contra dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto

contra do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal, indeferir a pretensão, fundamentada na actual conjuntura económica global e local que recomendam a arrecadação de todas as verbas possíveis de impostos locais.-----

----- **Ponto oito:** CIMAL – MAPA DE PESSOAL 2011 E IMPUTAÇÃO DAS RESPECTIVAS DESPESAS: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão:-----

----- “1 - ASSUNTO N.º 0766-2010 – CIMAL - MAPA DE PESSOAL 2011 E IMPUTAÇÃO DAS RESPECTIVAS DESPESAS.-----

----- Foi presente o ofício nº 2246, datado de 26/11/2010, da CIMAL – Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral, a remeter fotocópia do Mapa de Pessoal da referida Comunidade para o ano de 2011, aprovado em Assembleia Intermunicipal, e bem assim a informar que as correspondentes despesas com o pessoal das Comunidades Intermunicipais serão imputadas de forma igual aos municípios associados e carece de aprovação das Assembleias Municipais de acordo com o nº 2 do artigo nº 22º, da Lei nº 45/2008 de 27 de Agosto.-----

----- Propõe-se a tomada do devido conhecimento, bem como posterior envio do assunto em referência à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos da Lei nº 45/2008 de 27 de Agosto.-----

----- A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento, tendo ainda deliberado, por unanimidade, o envio à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a

favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto nove:** NORMAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011 – PROPOSTA

N.º 44/2010 P: Interveio o senhor Vereador Ricardo Cardoso que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão:-----

----- “7 - ASSUNTO N.º 0702-2010 – PROPOSTA N.º 44/2010 P – NORMAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011. -----

----- Foi presente a Proposta nº 44/2010 P, datada de 29/10/2010, proveniente do Gabinete do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

----- “PROPOSTA nº.44/2010 P-----

----- Normas do Orçamento Participativo 2011 -----

----- Considerando que: -----

----- Os orçamentos participativos se tornaram um importante símbolo da participação dos cidadãos nas democracias ocidentais modernas, sociedades com estruturas de governação integradoras dos cidadãos nos seus processos decisórios e a quem prestam contas da sua actividade; -----

----- O Orçamento Participativo é uma prática que permite aos cidadãos de um município participarem activamente no processo de decisão dos investimentos públicos municipais. -----

----- Estes projectos participativos contribuem para adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, melhorar a qualidade de vida, promover o exercício de uma cidadania informada, activa e responsável e, porque incentivam o diálogo e a responsabilização dos eleitos, contribuem para reforçar a credibilidade das instituições e a qualidade da democracia;-----

----- É desejo assumido publicamente na estratégia da Câmara Municipal e Assembleia

Municipal do presente mandato autárquico, incentivar a uma maior participação dos cidadãos e, em particular, da implementação de uma metodologia para o Orçamento participativo, prevendo uma progressiva participação das instituições e dos cidadãos de Odemira na discussão e elaboração do orçamento municipal; -----

----- O orçamento participativo deve ser um processo contínuo que permita acolher as expectativas dos cidadãos no processo de decisão, bem como adequar a própria metodologia às características e necessidade da população participante do concelho de Odemira, uma população diversa, assimétrica em termos sócio-económicos, habilitacionais e de acesso às novas tecnologias da informação e das comunicações;-----

----- A metodologia que orientará a realização do 1º orçamento participativo em Odemira não representa, ainda, um modelo consolidado, formalizado em regulamentos municipais, na medida em que as experiências desenvolvidas noutros municípios, nacionais e estrangeiros, aconselham a uma definição progressiva dos modelos adoptados por cada autarquia, de uma forma amplamente discutida e publicitada, para incentivar, de forma pedagógica, a intervenção da própria sociedade civil na definição das regras;-----

----- O modelo agora definido procura reforçar as relações entre a Câmara e os cidadãos, através de um conjunto de um conjunto de procedimentos coerentes e regras claras e da adopção de instrumentos adequados à realidade Odemirense;-----

----- A aprendizagem resultante desta experiência servirá para aprofundar a participação em todas as áreas de governação e desenvolver um modelo alargado de participação que seja emblemático de uma nova forma de governar o concelho que seja, no futuro, materializável num regulamento formal.-----

----- A Câmara Municipal de Odemira propõe-se assim empregar um mecanismo de democracia participativa em que o contributo de cada um é essencial para o futuro do Concelho, e cujos objectivos gerais se resumem em: -----

- • Promoção da cidadania; -----
- • Fortalecimento do processo de participação popular; -----
- • Garantia do desenvolvimento sustentável; -----
- • Promoção da educação; -----
- • Fortalecimento das iniciativas de organização da sociedade; -----
- • Pensar a sociedade colectivamente. -----

----- Tendo ainda presente que a documentação da proposta das Normas do OP foi distribuída na reunião do Colectivo da Câmara de 7 de Outubro último, para recolha de contributos e/ou sugestões dos srs(as). Vereadores(as); -----

----- Tenho a honra de propor, ao abrigo da d) do nº7 do art.º 64 da lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Odemira delibere Aprovar as Normas do Orçamento participativo 2011, nos termos do documento Anexo e que faz parte integrante da presente proposta.-----

----- Odemira, 29 de Outubro de 2010-----

----- O Presidente da Câmara,-----

----- a) José Alberto Candeias Guerreiro”.-----

----- Propõe-se que ao abrigo da d) do nº7 do artº 64 da lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Odemira delibere Aprovar as Normas do Orçamento participativo 2011, nos termos do documento Anexo e que faz parte integrante da presente proposta. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos favoráveis dos eleitos pelo Partido Socialista, e com as abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.”-----

----- Interveio o senhor João Quaresma que se congratulou com aquela proposta, considerando que poderia trazer “uma lufada de ar fresco” no que dizia respeito à concepção de

novas ideais e medidas a implementar futuramente pela Câmara Municipal. -----

----- Interveio o senhor Carlos Carvalho que fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Executivo da Câmara Municipal de Odemira a proposta n.º 44/2010, datada de 29/10/2010 – Normas do Orçamento Participativo 2011, com os votos favoráveis dos eleitos pelo Partido Socialista e as abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, em dois mil e dez. -----

----- O Bloco de Esquerda identifica-se no essencial com esta proposta por se tratar de uma primeira experiência para por em marcha um processo do Orçamento Participativo e não meramente consultivo, no concelho de Odemira, cativando para este efeito uma verba de quinhentos mil euros. -----

----- O Bloco de Esquerda apresentou com a devida antecedência na reunião de vinte e cinco de Fevereiro do ano de dois mil e dez, desta Assembleia Municipal, uma Recomendação à Câmara Municipal de Odemira, com metodologia e calendarização detalhadas, sobre o Orçamento Participativo para dois mil e onze, a qual não tinha obtido até agora uma resposta concreta. Esta é aliás a marca de um certo altruísmo do actual executivo que como assinalámos na discussão do Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e onze, continua a não cumprir o Estatuto do Direito da Oposição, o que não é um bom começo, quando se pretende iniciar a construção de um processo do Orçamento Participativo. -----

----- Assinalamos que também a Assembleia Municipal, órgão deliberativo por excelência do Município, viu limitada a participação na elaboração deste documento pois só o recebeu com a antecedência mínima, quando as Normas de Funcionamento do Orçamento Participativo já foram aprovadas pelo Executivo há mais de mês e meio. -----

----- Assim e apesar destas limitações e porque sabemos distinguir o essencial do acessório, em coerência, nos congratulamos com o Orçamento Participativo para dois mil e onze, este compromisso que o Bloco de Esquerda querera acompanhar no terreno, a aplicação e prática

destas normas de funcionamento e fazer o balanço final para dois mil e onze”. -----

----- Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão era uma hora e quarenta cinco minutos, do dia dezoito de Dezembro do corrente ano.-----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

----- A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----